

# Defesa militar une europeus

BRUXELAS—Os líderes da França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo propuseram ontem a criação de uma ação coletiva para o planejamento e o desenvolvimento de operações militares da União Européia (UE).

A idéia faz parte de uma série de propostas estipuladas pelo

presidente francês, Jacques Chirac; o chanceler alemão, Gerhard Schroeder; o primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt, e o luxemburguês, Jean-Claude Juncker, na “minicúpula” sobre a defesa que realizada ontem em Bruxelas.

Trata-se de um núcleo de capacidades coletivas de planeja-

mento e realização de operações, que estará aberto à contribuição de todos os sócios da UE.

Tal núcleo de planejamento seria instalado em Bruxelas, no verão de 2004 (hemisfério Norte), segundo o primeiro-ministro belga, que insistiu que nada do decidido ontem vai contra a Otan ou os EUA.

ARQUIVO/AT



Jacques Chirac, da França: ação militar em conjunto com Alemanha, Bélgica e Luxemburgo

## CONTINUAÇÃO

**Acionistas Gerais. Artigo 2º:** As ações preferenciais não dispõem de direito de voto, sendo-lhes assegurados o recebimento de um dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária e a prioridade no reembolso do capital, na hipótese de dissolução da sociedade. **Parágrafo 1º:** Sem prejuízo dos disposto no "caput" deste artigo, as ações preferenciais classe "A" terão prioridade na participação de um dividendo mínimo de 5% (cinco por cento) ao ano, calculado sobre o valor do capital por elas representado e dividido entre elas em partes iguais. **Parágrafo 2º:** As ações preferenciais classe "B", enquanto fazendo jus ao recebimento do dividendo calculado em conformidade com o disposto no "caput" deste artigo, não têm prioridade na recebimento de dividendos. **Parágrafo 3º:** As ações preferenciais "A" poderão ser convertidas em ações preferenciais classe "B", mediante o custo de conversão por cento de acionista interessado. **Artigo 3º:** As ações poderão ser mantidas em conta de depósito, em nome de seus respectivos titulares, sem emissão de Certificados, em instituição financeira idônea, credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários inscrita pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração. **Parágrafo único:** Compete por cento dos acionistas interessados e custos dos serviços de transferência de propriedade de ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 4º:** A cada cota de ações corresponderá uma numeração própria.

**Artigo 5º:** Os certificados de ações serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores, podendo a Sociedade emitir títulos múltiplos e caudais. **Artigo 6º:** Nos exemplos de capital social autônomo será assegurado aos acionistas, por prazo não inferior a 30 (trinta) dias, direito de preferência a subscrição de ações, na forma da lei. **Parágrafo 1º:** O prazo de 30 (trinta) dias, previsto neste artigo, será contado a partir da publicação, no Diário Oficial do Estado, do edital de chamada para subscrição. **Parágrafo 2º:** O acionista que não fizer o pagamento das prestações correspondentes às ações emitidas no Edital ou na chamada, ficará de pleno direito considerado em mora, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 12% (doze por cento) a.e., do correção monetária e de multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação. **CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL - Artigo 12º:** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até 30 de abril de cada ano, e extraordinariamente sempre que o interesse da Sociedade o exigir. **Parágrafo único:** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais Secretários. **Artigo 13º:** A Assembleia Geral fixará a montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. **Parágrafo único:** O rólulo da remuneração entre os administradores será fixado pelo Conselho de Administração. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO - Artigo 14º:** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Parágrafo único:** Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de Diretor. **SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Artigo 15º:** O Conselho de Administração será constituído de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 12 (doze) membros, um dos quais o Presidente, acionistas, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral pelo prazo de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, e permanecendo em exercício até a posse de seus sucessores. **Parágrafo 1º:** Qualquer Conselho poderá substituir a administração da Sociedade a indicação de um suplente com a função de o substituir nos sessões do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º:** A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões do Conselho de Administração". **Parágrafo 3º:** Uma vez empossado, o Conselho de Administração elegerá 2 (dois) dentre os seus membros, os quais, na ordem em que for indicada, substituirá o Presidente em caso de ausência ou impedimento eventual. **Parágrafo 4º:** O Conselho de Administração poderá, quando julgar necessário, criar Comitê com funções de assessoramento e instrução dos assuntos que lhe sejam afetos. **Parágrafo 5º:** Os Comitês mencionados no Parágrafo 4º poderão funcionar em tempo parcial ou integral e ser compostos, além de membros do Conselho, de qualquer dos membros da Diretoria e de outras pessoas convidadas, para esse fim. **Artigo 16º:** Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade e formular a respectiva política operacional-financeira; II - eleger e destituir os Diretores e, mediante proposta do Diretor-Presidente, fixar as respectivas atribuições; III - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos; IV - convocar a Assembleia Geral; V - manifestar-se sobre o relatório de Administração e as contas da Diretoria; VI - deliberar sobre o aumento do capital social e consequente emissão de ações, fixando o preço de emissão, observado o limite de capital autorizado, reservado, quando a distribuição se for a caso, e disposto no Artigo 1º Parágrafo 1º; VII - autorizar a alienação, hipoteca e de qualquer forma, a oneração de bens do ativo permanente da Sociedade, e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, excusando-se as garantias pessoais em favor de empresas controladas de própria Sociedade, que independem de ativa autorização; VIII - escolher e destituir os auditores independentes; IX - orientar a administração da Diretoria em todos os assuntos de interesse da Sociedade; X - acompanhar a execução dos negócios sociais, com a finalidade de ver observadas as deliberações da Assembleia Geral e do próprio Conselho de Administração; XI - aprovar os planos, programas e investimentos financeiros e de investimentos da Sociedade; XII - aprovar a orientação a ser observada pela representante da Sociedade nas Assembleias Gerais das Sociedades controladas, controladas, ou de que ela faça parte; XIII - aprovar previamente quaisquer contratos e demais celebrados entre a Companhia e seus acionistas; XIV - autorizar a aquisição de ações de emissão própria, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las; XV - deliberar sobre a emissão de notas promissórias ("Commercial Papers"); XVI - aprovar a orientação a ser observada pelos membros de direção da Companhia nos Conselhos de Administração, ou em outros órgãos deliberativos, de sociedades em que a Companhia participe do controle sem detê-lo exclusivamente, de sociedades controladas ou de que ela faça parte, com respeito a matérias relevantes, tais como, mas não limitadamente, eleição de administradores, participação em valores societários, negociações de participações societárias, aumento do capital social ou do capital autorizado, aprovação de Planos de Negócios e suas alterações, reforma do estatuto social, emissão de valores mobiliários, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, contratos com pessoas ligadas e investimentos em novas capacidades de produção; XVII - Quando se tratar de sociedade em que a Companhia participe do controle sem detê-lo exclusivamente, o disposto na parte final do inciso VII deste artigo não será aplicável, sendo exigida prévia autorização do Conselho de Administração para a prestação de quaisquer garantias, sejam pessoais ou reais. **Artigo 17º:** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do Presidente ou de pelo menos 3 (três) Conselheiros. As reuniões serão convocadas por maioria de votos, com a presença de mais da metade de seus membros. **Parágrafo 1º:** As reuniões serão convocadas por carta ou telegrama, com pelo menos (cinco) dias de antecedência. **Parágrafo 2º:** Os Diretores assistirão às reuniões do Conselho de Administração, sempre que convocados. **Parágrafo 3º:** O Presidente poderá convidar um Conselheiro para secretariar os trabalhos das reuniões. **Artigo 18º:** Em caso de vaga no cargo de Conselheiro será convocado o respectivo suplente e, na falta deste, o suplente será escolhido pelos demais membros do Conselho e exercerá as respectivas funções até a realização da primeira Assembleia Geral. **Parágrafo único:** Os sucessores eleitos completarão o prazo de gestão dos respectivos antecessores.

**Artigo 19º:** Compete especificamente ao Presidente do Conselho: I. Preside a Assembleia Geral dos Acionistas; II. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; III. Supervisionar os serviços administrativos do órgão; IV. Organizar e fazer distribuir a agenda de cada reunião, assim como as informações necessárias ao conhecimento dos

membros do Conselho, com pelo menos 5 (cinco) dias antes de antecedência da data de cada reunião. **SEÇÃO II - DIRETORIA - Artigo 20º:** A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor-Presidente e os demais Diretores, um dos quais, se assim previamente designado pelo Conselho de Administração, poderá ter o título de Diretor-Vice-Presidente e, sem prejuízo de suas atribuições permanentes terá a de substituir o Diretor-Presidente em seus impedimentos temporários e de sucedê-lo em caso de vaga, até que o Conselho de Administração eleja o substituto para concluir o período de gestão de vacatidade. **Parágrafo 1º:** Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para um período de gestão de 3 (três) anos, permanecendo em exercício até a posse de seus sucessores e podendo ser reeleitos. **Parágrafo 2º:** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". **Artigo 21º:** A Diretoria, observadas as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, terá amplas poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objetivo da Sociedade. **Parágrafo único:** Sem prejuízo do disposto no item VII do artigo 16, a Diretoria por deliberação colegada, poderá autorizar a alienação de bens móveis e equipamentos que se tornem inservíveis, desoneratórios ou obsoletos.

**Artigo 22º:** Compete ao Diretor-Presidente exercer a direção executiva da Sociedade, cumprindo-lhe para tanto, organizar, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores, dispensando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as decisões fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º:** Compete ainda, especificamente, ao Diretor-Presidente: I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II - manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Sociedade. **Parágrafo 2º:** Os demais membros da Diretoria terão as atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração por proposta do Diretor-Presidente. **Artigo 23º:** Observado o disposto no inciso I do artigo 2º e nos incisos VI e XIII a XV do artigo 14 da presente Estatuto, os integrantes da Diretoria, agindo sempre em conjunto ou não, podem a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo e fora dele, inclusive no que respecta à alienação ou oneração de bens do ativo permanente e à execução de obrigações de terceiros para com a Sociedade. **Parágrafo 1º:** Para a prática de atos jurídicos em geral a Sociedade também poderá estar representada por 01 (um) Diretor com 01 (um) procurador ou por 02 (dois) procuradores com poderes especiais. **Parágrafo 2º:** Os instrumentos de mandato deverão conter as assinaturas de 02 (dois) Diretores e conterá a especificação dos poderes outorgados e, em anexo, depois, com a cláusula "ad judicia", tendo prazo de validade não superior a um ano. **Parágrafo 3º:** Para atos de representação perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e concessionárias de serviços públicos, em atos que não importem em criação de obrigação para a Companhia ou na desconexão de obrigações de terceiros para com a Companhia, na comprimento de obrigações fiscais e previdenciárias, para a preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, no endosso de cheques para crédito nas contas bancárias da Companhia, na movimentação de contas correntes bancárias no âmbito do programa de compras de pequeno valor, ou a limite equivalente a 03 (três) salários mínimos, e em atos referentes às relações da Companhia com seus empregados, a Companhia poderá estar representada por 01 (um) único Diretor ou por 01 (um) único procurador com poderes específicos. **Parágrafo 4º:** Para a prática de atos fora de sua sede, outorgado na forma prevista neste Estatuto, a Companhia poderá estar representada por 01 (um) único Diretor ou por 01 (um) único procurador com poderes expressos para a prática de ato específico, demandando tal representante ser designado por deliberação colegada da Diretoria. **Artigo 24º:** No caso de vaga de cargo de membro da Diretoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para concluir o período de gestão de vacatidade.

**Parágrafo único:** Reservado o disposto no Artigo 20, nas ausências e impedimentos temporários de qualquer Diretor, será ele substituído pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor por ele indicado. Os substitutos na forma deste parágrafo exercerão suas funções cumulativamente com as do substituído, até que esse reassuma o cargo. **Artigo 25º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses da Sociedade, na sede social ou no local indicado na convocação, sendo obrigatória a presença do Diretor-Presidente ou do Diretor Vice-Presidente. As deliberações, tomadas em ato, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, sendo que o Diretor-Presidente ou o Diretor Vice-Presidente, além do seu voto individual, terá o voto de desempate.

**CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL - Artigo 26º:** A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL - Artigo 27º:** O exercício consistirá em o ano civil. Em 30 de dezembro de cada ano será levantado o balanço, com observância das prescrições legais, e dos livros ligados apartados, após as provisões, amortizações e depreciações determinadas as permissões por lei, deduzir-se-ão: I - 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, até que este atinja 10% (dez por cento) do capital social; II - 15% (cinco e cinco por cento), no mínimo, para o pagamento do dividendo distribuído aos acionistas, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei e repartido a prioridade - despesa de ações preferenciais. **Parágrafo 1º:** O saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Parágrafo 2º:** O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço trimestral ou em períodos menores, e a distribuição de dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados, de lucros acumulados ou do reservas de lucro já constituídas. **CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 28º:** Os acordos de acionistas, para serem observados pela Sociedade, deverão ser arquivados em sua sede, podendo, por iniciativa dos interessados, ser averbados nos respectivos livros de registro e nos certificados das ações. **Artigo 29º:** A Sociedade manterá um órgão permanente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, dotado de recursos orçamentários específicos, segundo programas anuais ou plurianuais.

**Artigo 30º:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de extinção da Assembleia Geral. **Parágrafo único:** Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e ao Conselho de Administração, que será mantido, nomear e liquidar. O funcionamento do Conselho Fiscal dependerá da solicitação dos acionistas, na forma da lei. **CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Artigo 31º:** Nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, o direito de preferência assegurado aos acionistas no artigo 11 desta estatuto não se aplicará ao aumento do capital social a ser realizado em 1993, mediante subscrição pública no Brasil e simultânea emissão de American Depositary Receipts (ADR) no exterior, nem ao aumento adicional subsequente, que for efetivado para deterer ao exercício de opção a ser outorgada aos "underwriters" do mencionado aumento, de acordo com a prática usual no mercado internacional, em montante não superior a 15% (quinze por cento) do respectivo valor. **Artigo 32º:** A competitividade para as deliberações de que trata o artigo anterior e demais atos necessários à efetivação dos aumentos de capital nele mencionados será do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 16, inciso VI, deste Estatuto, podendo os referidos aumentos de capital ser feitos independentemente da proporção anteriormente existente entre as diferentes espécies e classes de ações, não se aplicando aos mesmos aumentos de capital o disposto no Artigo 1º, parágrafo 1º. **Artigo 33º:** Confira com a original. Extrato do documento próprio. José Luis Braga - Secretário.